

*Bom dia.*

Nós vamos dividir esta reunião em duas partes. No início, farei uma pequena introdução e depois pedirei ao Ministro Kandir que especifique um pouco mais alguns dos nossos objetivos. Na segunda parte, nós abriremos a discussão entre os membros do Ministério e os Líderes do Governo.

Na verdade, esta é uma reunião de rotina. Já fizemos várias reuniões com este mesmo formato. Ela tem por objetivo mostrar ao Ministério o resultado de um esforço que vem se desenrolando há algum tempo e que conta com a cooperação de todos os Ministros e membros do Governo, e até mesmo da sociedade.

Desta vez, houve modificações importantes no processo orçamentário – que serão explicitadas mais adiante –, de tal maneira que nós esperamos alcançar aquilo sobre o qual já havíamos conversado em reunião anterior do Ministério: uma integração maior entre o orçamento e a execução orçamentária, ou seja, entre aquilo que está orçado e aprovado pelo Congresso e a disponibilidade de recursos no

Tesouro. Nós queremos, em debate com os vários setores do Governo, assegurar continuidade aos programas, programas esses que vêm dos próprios Ministérios. E queremos aumentar o grau de previsibilidade para o conjunto da administração.

Eu queria recordar – embora talvez não fosse nem necessário – que vem de longe esta caminhada para chegar-se ao ponto a que o Brasil está começando a chegar. Ainda no Governo do Presidente Itamar Franco, nós começamos a criar as condições para estabilizar a economia. Alguns dos aqui presentes participaram desse esforço. Essas condições implicavam modificações muito grandes, para que pudéssemos ter alguma previsibilidade orçamentária e também um controle efetivo sobre a inflação. Contou-se permanentemente com o diálogo com o Congresso Nacional e com as várias forças da sociedade. Até que foi possível, em julho de 94, depois da URV – que todos conheciam, apesar do nome um pouco esdrúxulo, e assim na época foi considerado –, criar, realmente, uma condição de estabilização.

Pois bem, os efeitos imediatos dessa estabilização são também conhecidos. Na verdade, houve melhoria sensível da distribuição de renda, com essa estabilização. Só para dar alguns indicadores: nas cinco principais metrópoles do Brasil, nas seis, na verdade, passou de 42% para 22% o contingente de pessoas consideradas estatisticamente como pobres.

Ainda recentemente, no último PNAD publicado, que é o primeiro depois do Real – publicado fragmentariamente, ainda não está completo, mas contém tabelas que alguns jornais publicaram – vê-se que esse realmente foi um processo muito intenso. Basta dizer que, na verdade, como disse aqui, se 5 milhões de brasileiros deixaram a condição de pobreza nessas cidades, cerca de 30 milhões de brasileiros adicionais entraram no mercado de consumo.

Estão aí os dados do consumo, dados bastante expressivos, até mesmo quando se discrimina quem aumentou o consumo. Não é difícil perceber que os brasileiros com renda de até dois salários mínimos tiveram aumento maior do que os brasileiros com renda acima desse patamar, o que nos permitiu – mesmo na chamada linha

branca, geladeira e *freezer*, ainda numa proporção pequena, mas em quantidade já apreciável, porque no Brasil qualquer proporção dá uma quantidade enorme – aumentar a disponibilidade desses bens nas famílias dos brasileiros.

Isso é consequência imediata do Real. A estabilização trouxe uma imprevisibilidade, como eu disse; e houve aumento também no que é fundamental: aumento da poupança e da taxa de investimento. Nós passamos de uma situação bastante preocupante de 3,5% do PIB de investimento produtivo em 92 para 16,2% no começo de 96. É pouco ainda, nós precisamos alcançar 25%, mas já indica uma certa confiança da população – no caso, dos investidores, dos produtores.

Isso foi feito com muito sacrifício, sacrifício dos programas de governo – os Senhores Ministros sabem como o aperto foi e é grande, e vai continuar sendo, pelas razões que serão ditas daqui a pouco –, mas sacrifício que já permite divisar um certo horizonte, depois das enormes dificuldades que tivemos, também sabidas, no que diz respeito à manutenção da estabilização, por causa de fenômenos que abalaram a economia internacional, além da taxa de juros. Esta chegou a 6.87%, no *over*, em 95, mas agora já temos uma taxa de juros de 1.98% e imaginamos que até o final do ano de 96, comparando-se com 95, nós tenhamos, realmente, uma taxa de juros que corresponderá à metade da taxa de juros de 95 – no final de 96, na média de 96. Portanto, isso já permite também, aos produtores um certo alento.

É verdade que eu me refiro à taxa de juros que o Governo paga por seus títulos. Os efeitos sobre a taxa do consumidor final ou para o investidor são mais lentos, mas estão se fazendo sentir, porque houve também uma modificação progressiva na política dos compulsórios, e, portanto, a massa de recursos disponível passou a ser maior. Estamos assistindo, portanto, a uma tendência à queda da taxa de juros.

Devo também dizer que o sistema financeiro brasileiro, que chegou a ter 16% do produto bruto, hoje está com metade disso, 8%. Portanto, é pura demagogia imaginar que o Governo esteja trabalhando para os bancos. É o contrário. Os bancos sofreram o maior

aperto da história do Brasil. Evidentemente, com a responsabilidade que caracteriza este Governo, nós não podemos deixar que os depositantes sofram as conseqüências de um colapso do sistema financeiro, até porque os depositantes são também os produtores, além de o serem as donas de casa, os trabalhadores, os sindicatos, etc.

A verdade é que o aperto financeiro foi muito grande. E, este governo se caracterizou pela atitude de enfrentar problemas, às vezes até simultaneamente. Tivemos, além de sanear a Caixa Econômica, o imenso esforço de saneamento do Banco do Brasil; e, claro, quando você entra num processo de saneamento, como agora no dos bancos estaduais, está resolvendo problemas que foram criados no passado; e, muitas vezes, aparecem como se fossem problemas deste governo. É o contrário: nós estamos enfrentando com tranqüilidade e coragem problemas que foram criados no passado e que eram sempre empurrados para que governos futuros os resolvessem. E o povo pagando o custo disso.

Nós, pelo contrário, enfrentamos essa questão e estamos em pleno processo de saneamento do sistema financeiro. E com bastante êxito: basta ver as opiniões dos economistas estrangeiros que estão vindo com freqüência ao Brasil e as análises comparativas do custo do financiamento financeiro em outros países e do custo no Brasil, para verificar-se que também é pura demagogia dizer que o Governo está dependendo uma massa enorme de recursos, até porque esses recursos, como também é sabido, pertencem ao compulsório dos bancos. Haverá, eventualmente, um ou outro custo para o Tesouro, no futuro, dependendo das condições, mas isso é incomparavelmente menor do que o custo que ocasionaria a derrocada do sistema financeiro ou mesmo de alguns setores – parciais, mas importantes – do sistema financeiro.

Esse clima, de um governo que atua, que enfrenta problemas, aumentou, naturalmente, também, a disposição dos investidores – por isso a taxa de poupança e de investimento tem crescido – para investir mais no Brasil.

No caso do setor externo, é marcante, é um indicador mais palpável, mais rápido, porque o Banco Central registra. Os investimentos

líquidos diretos do exterior totalizavam, em 1994, 1,9 bilhão de dólares durante o ano; em 95, 2,97 bilhões. Pois bem, o primeiro semestre de 96, só o primeiro semestre, deu quase 5 bilhões de dólares! Por conseqüência, quando, em algum momento, eu disse que provavelmente no decorrer do ano nós iríamos ter 7 bilhões de dólares de investimento, fui tímido. Na verdade, nós vamos alcançar cerca de 9 bilhões de dólares em um ano! Isso faz com que o Brasil volte aos tempos em que havia investimento crescente, e é um indicador seguro de que vamos ter possibilidade de crescimento sustentável.

Ora, qual é a nossa parte, a parte do Governo para que isso tudo ocorra? É, basicamente, levar adiante o processo de reformas e a diminuição do chamado custo Brasil. Não preciso repetir aqui o empenho que todos temos tido nas reformas e continuaremos a ter. E com êxito. Reforma não é um processo que se decreta, reforma é um processo social, é um processo para começar, não é um ato. É social, é cultural, é uma mudança de mentalidade. Não se muda mentalidade do dia para a noite. Mas nós estamos mudando a mentalidade do Brasil.

E, por mais que haja – como é normal numa democracia – discussões, vaivéns, como existem mesmo no nível do Congresso e no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, a resultante é positiva. Sim, a resultante é positiva, e as reformas estão avançando e vão continuar avançando, e o Governo não vai esmorecer até alcançá-las, porque elas são imprescindíveis, não para este governo, mas para este país.

Muitas vezes, as pessoas se opõem ao País, pensando que estão se opondo ao Governo, e dificultam a aprovação de medidas que clamam pela urgência e pela sua obviedade. Muitas vezes, por causa disso, nós temos que despende um esforço enorme. Agradeço a oportunidade para dizer que os Líderes do Governo e os Líderes dos partidos que nos apóiam têm sido constantes na busca de uma continuidade no processo dessas reformas.

Nós não podemos imaginar que as reformas chamadas básicas, da administração, da previdência, a tributária, esgotem a nossa agenda de custo Brasil. Não. Nós temos também que seguir adiante no pro-

cesso das privatizações, no processo da redução do papel do Estado em certos setores, na prestação de serviços, na modernização e no aumento da eficiência da máquina pública.

Aqui é de salientar que, depois de muita crítica sobre a questão das privatizações, vê-se, hoje, que o Governo agiu com firmeza e prudência. Inúmeras vezes eu disse que nós não estávamos aqui para vender patrimônio público na bacia das almas e que não temos nenhum compromisso com interesses que possam ser especulativos nas bolsas. Nós não tomamos decisões movidos por essas questões. Nós tomamos decisões tendo em vista o interesse nacional, o interesse público, o interesse do País.

É de assinalar que, no caso específico, por exemplo, do sistema de transporte, nós conseguimos fazer o que muita gente não acreditava. O sistema ferroviário brasileiro foi já, em dois tramos, objeto de licitação. Licitação que teve sucesso. Nós pretendemos, até o fim do ano, praticamente passar quatro quintos do sistema ferroviário brasileiro para a gestão privada e para investimentos privados, de tal maneira que a melhoria possa ser mais rápida, porque isso fará aumentar a taxa de investimento sem que o Governo tenha que despender recursos – que, aliás, não tem – na melhoria do sistema ferroviário.

E diga-se o mesmo no tocante ao sistema rodoviário. Alguns trechos importantes do setor rodoviário estão também sendo objeto de concessão de serviço público, como a via Dutra, como a estrada que vai a Juiz de Fora e a que vai a Teresópolis, e como a ponte Rio–Niterói. Há um interesse imenso no Paraná, no Rio Grande do Sul, em outros estados, nessa matéria. É claro que, num país tão grande e diversificado como o Brasil, nós não poderemos imaginar que o Governo se ausente do setor rodoviário em várias áreas do País. Nós vamos continuar atuando, e atuando diretamente, como Estado, porque o fato de aumentarmos a capacidade de oferecer infraestrutura em certas áreas não pode nos fazer esquecer que, noutras áreas, a ação de governo tem que ser prestante.

Estamos providenciando empréstimos razoáveis no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que possamos melhorar essa

malha viária brasileira. Esses empréstimos já estão praticamente concedidos. Um dos programas diz respeito precisamente à recuperação dessa malha e também a outros projetos de ampliação dela.

O mesmo se diga quanto à questão da energia elétrica. O Ministro dirá mais adiante, quando for oportuno, a quantidade de concessões já feitas, apesar de obstáculos permanentes, de incompreensões permanentes de setores que resistem a verificar que o Brasil precisa crescer depressa, precisa oferecer mais empregos e mudar sua infra-estrutura. Apesar disso, nós não apenas já fizemos a concessão de serviço público, no sistema de distribuição de energia, de tudo que havia em mãos federais, que já foi, por esse mecanismo, passado a mãos privadas, mas também temos creio que cerca de trinta projetos de energia – é isso, Ministro? –, cerca de trinta concessões em andamento.

*Ministro:* Setenta.

*Presidente:* Setenta concessões, exatamente. Vejam que o Presidente está sempre tímido no que diz respeito aos números. Mas a verdade é que nós estamos, realmente, numa grande velocidade nesses processos de concessão, de tal maneira que os efeitos vão ocorrer nos próximos anos, porque aí é emprego, é investimento, é produção de mais energia, é barateamento da energia, é barateamento do custo Brasil.

Não vou continuar nessa direção, porque sabem também os senhores que na telefonia nós estamos às vésperas de uma explosão de investimento – os meios de comunicação têm dado conta disso. Sabem também do esforço imenso, com o apoio sempre do Congresso e até com modificações importantes realizadas no Congresso, no que diz respeito à reorganização do Estado, quanto às autoridades que vão dirimir questões nas concessões, quanto a tarifa, uso dos bens públicos, etc, etc. É uma nova maneira de organizar o relacionamento do Estado com a sociedade.

Pois bem, também no que diz respeito aos portos, depois de alguma hesitação no passado, o que aconteceu? A famosa Lei dos Portos foi implementada, ou está sendo, e os portos entrarão na lista de

concessões e de privatizações. Vamos avançar celeremente nesta matéria também.

Ora, não se pode pedir além da conta a um país que saiu exangue de um processo inflacionário de décadas e que, em três anos – praticamente faz três anos que se começou o esforço de reorganização: dois anos do Real e um ano e oito meses, não sei quanto, nove meses deste governo –, apresenta este conjunto de resultados. Portanto, não se trata de, agora, começar. Não, não. Agora é continuar. Só que vamos continuar a partir de um patamar de informação, de recursos e de capacidade de decisão sobre o que é necessário fazer – portanto, de ordenamento de investimento muito maior do que tivemos até agora.

Ora, nesse novo momento, o que estamos chamando de investimentos básicos para o desenvolvimento supõe, e supõe com muita força, políticas sociais e políticas que dizem respeito à questão do desenvolvimento humano. Supõe com muita força. Supõe com muita força porque estamos atuando em parceria com a sociedade.

O mesmo esforço que se fez na área de infra-estrutura para criar novas formas de relacionamento – esses órgãos regulamentadores, como a Aneel, órgão que vai regulamentar a questão da energia, etc, etc –, o mesmo esforço que se fez nessa área está se fazendo no setor social. Nós modificamos o modo de relacionamento do Governo com a área social: na Educação, na Saúde, na Assistência Social, na Previdência Social. Em todos os setores nós modificamos o modo de relacionamento, quebrando os elos do clientelismo, transferindo os recursos do Governo central para os estados e para os municípios, descentralizando com coragem – e descentralizar quer dizer perder força burocrática de coação –, acreditando na sociedade e exigindo que, na base, os recursos não fiquem entregues apenas ao setor público da base política, mas que existam conselhos nos quais se incluam segmentos da sociedade civil, para discutirem a destinação desses recursos.

Em alguns exemplos óbvios, como é o caso da educação, há mecanismos de entrega direta de recursos à diretora da escola, já pelo segundo ano consecutivo. E, no próximo ano, esses recursos serão destinados não só pela diretora, mas pelos conselhos de pais e mes-

tres das escolas. E só receberão recursos as escolas que organizarem os conselhos de pais e mestres, para que possam eles próprios assumir a responsabilidade pela utilização desses recursos.

Para dar um só exemplo: o SUS é a mesma coisa, o recurso é vigiado quando entra no município que tem gestão plena do SUS. É o mesmo mecanismo. Nós estamos transferindo o controle para a sociedade. Há, portanto, aí uma revolução branca na área social. Nunca mais se ouviu falar de escândalos nem de clientelismos. Quando, eventualmente, ocorre alguma coisa, vai se verificar, é uma tentativa frustrada de algum esperto que tentou enganar algum prefeito, fingindo que tem força no Governo Federal. Os prefeitos já sabem hoje que ninguém precisa ter força para receber o recurso a que têm direito e o direito não é do prefeito, é da população da localidade.

Portanto, aí há um grande esforço também de reorganização do Estado. Reorganizar o Estado não é apenas fazer reforma administrativa, aliás muito importante e está no Congresso: é a modificação do modo do relacionamento na gestão, é a modificação no que diz respeito à infra-estrutura, é a modificação no que diz respeito aos programas sociais que nós estamos avançando; e, certamente, uma forte modificação no sentido de dar prioridade à base da sociedade: a educação fundamental.

O Congresso tem nas mãos, e o Senado resolverá brevemente, como dar um passo importante na valorização do professor da escola primária, do ensino fundamental, que significará, na prática, que o Governo Federal adicionará recursos para os estados mais pobres – basicamente do Norte e Nordeste –, recursos para aumentar o salário do professor da escola primária. E condicionará, obviamente, esses recursos ao preenchimento de certas regras que, efetivamente, melhorem a qualidade do ensino.

Pois bem, isto se faz com persistência. É um processo, repito, longo, mas já está iniciado. E, agora, nós estamos nesta reunião não para inovar no que diz respeito a objetivos, não para fazer programas novos, mas para buscar mecanismos de organização e de geren-

ciamento que permitam aumentar a eficácia na utilização dos recursos públicos.

Nós não vamos discutir agora. Já vou apresentar – depois eu passo a palavra ao Ministro Kandir – alguns elementos gerais desses programas. Eles não são o conjunto das ações de governo. Nós temos, em termos de investimentos, cerca de 7 bilhões e 800 mil no orçamento fiscal, ou seja, de impostos, aos quais se adicionam os empréstimos, aos quais se adicionam o investimento privado e todas as formas de investimento que não são diretamente do orçamento fiscal, das empresas do Estado.

Desses, nós vamos nos referir apenas à metade: 3 bilhões e 900 milhões. Portanto, isso não vai esgotar o conjunto do que o Governo vai fazer. Nem precisam ficar aflitos os que não virem lá contemplados alguns trabalhos que são importantes. E são mesmo importantes. É que nós temos cerca de 1.500 ações de governo. E nós, aqui, vamos iluminar 42 apenas, para dar uma amostra e um exemplo ao País e a nós próprios de – alguns programas não são obras – programas importantes, entre os quais entram os sociais, como a reforma agrária, como a questão da merenda escolar, como a questão do combate à mortalidade infantil.

Alguns desses programas não esgotam o conjunto de recursos do Governo mas vão ser iluminados nesta reunião e ser objeto de um acompanhamento direto e pessoal do Presidente da República, através dos Ministérios competentes, como o Ministério do Planejamento; e de um gerenciamento específico, porque nós achamos que chegamos ao momento em que a qualidade do gerenciamento passa a ser tão ou mais importante do que a quantidade de recursos. Isso porque, num país que tem escassez de recursos, o controle da qualidade e a boa utilização dos recursos é central, é nossa responsabilidade política. Não se trata de mais: trata-se de melhor.

Estamos, hoje, atravessando uma fase – e o tenho dito insistentemente – em que estamos mudando qualitativamente o nosso entendimento sobre o desenvolvimento do Brasil. Repito sempre, e repetirei de novo, que não se trata de um país que quer produzir mais automó-

veis: o Brasil quer produzir melhores automóveis, automóveis capazes de serem competitivos em nível mundial. E o que eu disse sobre automóveis vale para qualquer outro setor da produção brasileira.

Estamos passando por uma mutação que diz respeito não apenas às transformações da globalização da economia, mas também ao fato de que o Brasil decidiu não perder a oportunidade de, nesta globalização, ter um papel próprio, não ser caudatário, ter um papel de destaque. Equivocam-se os que imaginam que, fechando os olhos a um processo real, defendem o interesse nacional. Defende o interesse nacional quem vê a realidade e se situa nela, de tal maneira que o povo do País tem um benefício maior. O povo brasileiro terá um maior benefício se o Governo atuar com mais competência, se o setor privado for mais produtivo, se criarmos condições para a distribuição efetiva de renda e se entendermos, como entendemos neste governo, que o investimento social é tão ou mais importante que o investimento físico.

É o que estamos fazendo, sem demagogia, sem fazer clientelismo, sem utilizar fatos isolados como elemento de propaganda, mas acreditando na mutação qualitativa pela qual está passando esse nosso país, de tal maneira que as disparidades de renda e as disparidades regionais vão se resolver no decorrer do tempo, havendo continuidade, persistência e, sobretudo, modificação no plano do real, da realidade, e não simplesmente no plano da vontade.

Muitas vezes, ouço falar da vontade política, e vontade política posta em termos genéricos é ou saudade do autoritarismo, de um ditador que tudo resolva, ou então incompreensão do que é a sociedade, que não muda em função da determinação de uma pessoa, de dez pessoas, de cem pessoas, mas muda quando existe uma organização capaz de fazer fluir os objetivos do conjunto da sociedade para aquilo que ela deseja. E isso não pode ser feito em termos abstratos de uma vontade política. Tem que ser feito em termos de uma organização, de um debate, de uma continuidade no processo de transformação.

Eu queria, portanto, antes de passar a palavra ao Ministro Kandir, mostrar-lhes, repito, alguns dos programas que vamos realizar;

e dizer, mais uma vez, que eles não contemplam todos os programas que vamos realizar.

Imagino que todos os senhores conheçam o PPA, o plano já aprovado pelo Congresso Nacional no qual, num período de cinco anos, se definem os objetivos da ação governamental. Todos os programas que aqui estão fazem parte do PPA; nenhum deles é inovação, todos foram propostos. Alguns deles foram objeto de proposta minha, ainda na fase da campanha eleitoral. Nem todos foram aprovados. Os que o foram, pelo Congresso, são aqueles em que podemos, efetivamente, trabalhar como um objetivo do conjunto do País. Todos esses foram aprovados dentro do PPA, embora o PPA disponha de muitos outros programas adicionais.

A concepção geral desses programas é a idéia de que nós precisamos integrar o Brasil de maneira equilibrada e prepará-lo para que ele possa participar da economia em nível internacional. Não existe, aqui, a preocupação de um Estado. Os programas são desenhados, preferencialmente, buscando-se eixos de desenvolvimento. Essa é a concepção moderna do desenvolvimento. Trata-se não de um pólo de desenvolvimento que se concentre numa região, mas de um eixo que distribua, pelos seus efeitos, um conjunto maior numa área mais ampla. E é necessário que o Governo preste atenção ao conjunto do Brasil.

Não serei exaustivo na enumeração, mas mostrarei que as várias áreas do Brasil são objeto da nossa preocupação.

Na Região Amazônica, que, depois de, nos anos 70, sofrer uma ação governamental muito intensa, praticamente ficou um pouco à margem nacional, nós procuramos ver, conversando com os governadores e com as bancadas, quais eram os projetos realmente estruturadores.

Isto aqui é a BR-174 (*aponta*). Ela vai de Manaus até a Venezuela. Alguns trechos dela, em Roraima, já estão feitos; os outros todos em construção, agora, desde Manaus, passando por Caracará e indo à fronteira com a Venezuela. É fundamental essa estrada. Ela vai dar viabilidade à Zona Franca de Manaus, no sentido de aumentar a exportação pelo Caribe, com maior velocidade. Ela abre uma possibilidade de, no futuro, nós, simultaneamente, termos uma linha de

energia elétrica, trazendo energia de Guri, da Venezuela, para, eventualmente, servir a Roraima e ao Amazonas. Além do mais, vai permitir, no futuro, a passagem de um cabo de fibra ótica, para facilitar o sistema de comunicações. Isso já está em andamento.

O que está aqui é a Bacia de Urucu (*aponta*). O Governo, embora não tenha fechado as portas à energia do Guri, decidiu que era mais urgente investir no gás do Urucu. Já estamos em marcha nessa direção. Isso vai permitir duas saídas importantes para a Região Amazônica: em primeiro lugar, Manaus, que está se tornando um pólo de industrialização; Manaus vai ter acesso à energia via transformação do gás em energia. Por outro lado, é a melhor solução para resolver a questão relativa a Rondônia. Rondônia e Acre não teriam condições de receber diretamente a energia vinda do Guri. E seria muito difícil, também, transpor o rio Amazonas para atender ao outro lado da Amazônia. Por meio do gás e com processos bastante modernos e complexos de transformação, liquefação, redistribuição e, novamente, a utilização do gás, a gaseificação, a sua utilização na geração de energia, nós, por esse meio, vamos beneficiar uma ampla área do Brasil.

Pois bem, além disso, nós estamos com um interesse imenso, na Região Amazônica, na questão relativa às hidrovias. Isto aqui é a hidrovia do rio Madeira (*aponta*). A partir de setembro – e chamo a atenção dos senhores: a partir de setembro – no rio Amazonas, em Itacoatiara, nós disporemos de um terminal graneleiro. Esse terminal é feito com esforços do governo do Amazonas, mas com capitais privados, capitais de gente que produz em Rondônia e que vão permitir que a produção de Mato Grosso e de Rondônia possa ser escoada por chatas. E o Governo Federal está financiando, pelo BNDES, essas chatas.

Nada disso está nesses programas. São outros programas que se juntam a esses, para que possamos, depois, fazer o transbordo em Itacoatiara. Em Itacoatiara, entram navios de grande calado, de mais de 100 mil, até 200 mil toneladas, e, daí, a produção vai para fora. A soja vai ter barateamento sensível, provocando, possivelmente, uma modificação no custo, no preço da soja em nível internacio-

nal, porque o barateamento é imenso. E essa hidrovia do rio Madeira – o Ministro da Marinha sabe disso – precisava de um esforço, que foi feito, e, em conjunto com o Ministério dos Transportes e o Ministério da Marinha, isso já está regularizado ou quase finalizada a regularização, o que implica melhorar os portos, melhorar Porto Velho, preparar o sistema de chatas, fazer um outro terminal, como disse aqui, em Itacoatiara, e preparar a infra-estrutura para produção.

Creio que esta aqui é a 364 (*aponta*), uma estrada muito importante, porque vai permitir a ligação com o Acre. Devo dizer que não consta deste mapa, mas nós estamos dando recursos também ao Acre, para que ele faça outras estradas, por causa da saída futura para o Peru. Já estão sendo feitas.

Eu prometi, na campanha, que faríamos a Santarém-Cuiabá. Não consta deste mapa. O fato de não constar do mapa não quer dizer que não conste dos nossos propósitos e do nosso empenho. Com apoio do Exército, já começamos a fazer o trecho em Santarém, na direção de Cuiabá. Há muitos problemas nessa estrada, mas aqueles que são da região do Mato Grosso e do Pará sabem que essa estrada – ela passa por aqui (*aponta*) – é importante. Portanto, o fato de ela não estar aqui não quer dizer que não esteja sendo cogitada e já iniciada pelo Governo, e nós daremos a ela o recurso que for possível.

O que está aqui, marcado de amarelo, no Pará (*aponta*), é algo também muito importante. É que a energia de Tucuruí, que servia ao Maranhão, para produção e para exportação de alumínio e de outros materiais que requerem muita energia, não atendia às populações do Pará. O Ministro Raimundo Brito esteve no Pará e lançou os programas. São 800 milhões de reais de investimento, para que a população possa ter acesso às linhas de transmissão. Isso produz uma modificação sensível. É uma revolução no bem-estar da população no Pará, inclusive na região do sul do Pará, região muito importante, por razões sociais, e que vai indiretamente receber os efeitos dessa linha de transmissão.

Certamente, alguém dirá: “E o Amapá?” O Amapá requer algumas pontes e algumas estradas pequenas. Haverá recursos, espero, se nós

apertarmos mais – e apertaremos – os recursos que não são vitais para o Brasil. Só assim poderemos contemplar – porque é necessário – o Amapá nessas questões.

Não estou me referindo, aqui, ao que estamos fazendo em saneamento básico, ao que estamos fazendo em termos de educação, de saúde, que são programas universais e que operam em toda essa região.

Além disso, aqui, na região do Tocantins, que vai terminar na Região Amazônica, temos a hidrovia Araguaia-Tocantins (*aponta*). É fundamental. O Ministro dos Transportes sabe disso, e aqueles que conhecem a região do Tocantins sabem que isso vai permitir o escoamento da produção daquele estado. E a produção do Tocantins é crescente. Lá há regiões de irrigação quase natural. Há grandes projetos, no Tocantins, financiados pelos bancos internacionais, que vão permitir ou estão permitindo a expansão da produção. A possibilidade de utilização dessa via aquática é fundamental.

O Brasil tinha descuidado das hidrovias. Nós estamos recuperando o sentido da hidrovia e completando – aqui está (*aponta*); perdão, estou equivocado: é aqui (*aponta*), não é? – a Norte-Sul, que vai até Estreito, no Maranhão. Por quê? Porque, aí, vai permitir uma ligação entre a hidrovia e a ferrovia e, depois, a saída pelo Maranhão, pelo porto de Itaqui. No futuro, vamos ter também a saída pelo Pará. Para que haja saída pelo Pará, vamos ter que fazer – não agora, não está programado aqui, mas estamos preparando as condições para isso – uma eclusa, para podermos, então, transpor dificuldades que impedem a saída pelo porto de Barcarena. No momento, de imediato, a saída seria mais fácil pelo Maranhão.

Isto aqui é uma linha de transmissão (*aponta*). Essa linha de transmissão de energia elétrica é a ligação ou interligação do sistema energético do Brasil, do Norte com o Nordeste, interligação que vai permitir que tenhamos o conjunto do Brasil interligado em termos de energia. É uma vantagem imensa, porque isso vai permitir que, havendo falta de energia num ponto, por estiagem ou pelo que seja, nós possamos trazer energia de outros pontos.

Bom, então, vêem que há todo um esforço que vai na direção do Norte. No Maranhão, vamos ter balsas numa região absolutamente produtora, hoje. Também estamos cuidando de algumas estradas que precisam de apoio, no Maranhão, para que os recursos possam fluir mais facilmente. O porto de Itaqui é de primeira grandeza e, no sistema que estamos preparando de privatização, se beneficiará com um grande esforço de investimentos e desenvolvimento. O Maranhão, portanto, vai poder servir de porto para exportar a produção da região do Brasil Central.

Vamos olhar, aqui, o Nordeste, em primeiro lugar. Digamos que isto aqui seja o rio São Francisco (*aponta*), que está sendo objeto, como o rio Madeira, como o rio Tocantins e o Araguaia, de investimentos. Isso para permitir a recuperação da navegabilidade do São Francisco, a regularização do rio São Francisco, de tal maneira que vamos ligar Minas à Bahia, passando da Bahia a Alagoas e Sergipe. Teremos, aí, outra possibilidade de ligação muito importante.

Isto aqui em verde é a ferrovia de Pirapora a Unai (*aponta*). Pirapora-Unai significa o seguinte: que a produção de Minas, ou uma parte da produção de Minas Gerais e uma parte da produção de Goiás, essa produção poderá também subir pelo rio São Francisco, barateando os custos enormemente e beneficiando as populações ribeirinhas, as populações do Nordeste.

Estamos, no Nordeste, dando recursos para o porto de Suape e para o porto de Pecém, e estamos privatizando o porto de Itaqui. O Nordeste tem esses três portos – sem mencionar a Bahia –, que são portos de primeira grandeza: Itaqui é um porto extraordinário, de grande calado, porto já organizado, porto de exportação de minérios e que participa de um processo de privatização, o mais rápido possível.

Pois bem, além disso, estes pontinhos, aqui (*aponta*), significam um grande esforço que está sendo feito em termos de irrigação. Só para lhes dar um exemplo: no Ceará, estamos construindo a barragem do Castanhão. A barragem do Castanhão é três vezes maior do que Orós, que é a maior barragem do Nordeste. Até o fim de 98, deve estar pronta. Esses projetos que estamos aqui mencionando são to-

dos para 97 e 98, e os recursos orçamentários de 97, o que vamos discutir em pouco tempo, já estão destinados a essas obras. Fora as outras obras.

Irrigação é um esforço bastante grande aqui. Educação, como eu já disse: o Programa de Valorização do Professor, basicamente, vai beneficiar as regiões de menos recursos. E saúde – agentes comunitários de saúde, etc.

No Nordeste, a questão fundamental, do ponto de vista do Governo, é a melhoria da condição de vida da população e a formação do capital humano. O Nordeste dispõe de uma infra-estrutura viária razoável. O Nordeste estará fortemente apoiado pelo BNDES, no que diz respeito ao Prodetur, que é um programa de turismo. Turismo quer dizer emprego, e está fortemente apoiado pelo Governo, nos programas de saneamento. Saneamento em Salvador já está contratado com o BID. Sem saneamento, sem água potável, sem investimentos em educação, sem que haja oferta de empregos via turismo, sem que haja irrigação para atender a essas populações da Bahia, da Paraíba, do Ceará, de Sergipe, de Pernambuco – e Petrolina é exemplo disso – não haverá a possibilidade efetiva de recuperação do Nordeste.

Claro que isso não vem em detrimento de um esforço industrializador. Mas o esforço industrializador só se implanta, efetivamente, em termos mais naturais, quando existem as condições humanas que permitem a multiplicação dos recursos.

Bom, seria fastidioso repassar um por um os programas, mas só para que não pensem que nós olhamos apenas para o Nordeste e para a Região Norte, eu quero dizer que aqui está marcada, também, uma obra de grande importância, que é o gasoduto. Esse gasoduto vem da Bolívia, vai chegar a São Paulo e descer para o Sul do Brasil. Essa obra, essa decisão tem 25 anos de história. O Ministro Lampreia é testemunha disto: que há 25 anos já se negociava o gasoduto Brasil-Bolívia.

Pois bem, nós vamos a Cochabamba, agora, no próximo mês, no começo de setembro e, quando estivermos lá, já estaremos com essa obra em fase de decisão final. Portanto, a Petrobras já estará – já

está, inclusive – começando as licitações para a compra dos insumos e dos tubos necessários para a realização dessa obra, que vai baratear enormemente a energia. É uma energia não poluidora. Com muito esforço, conseguimos organizar o projeto de tal maneira que o gasoduto não fique parado em São Paulo, mas desça para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, permitindo aí uma base de infra-estrutura muito grande.

Repito: isso aqui são alguns exemplos. Estive em Minas Gerais, recentemente, como estive na Bahia, recentemente, inaugurando polidutos. E o gás do Rio de Janeiro, que ia até Juiz de Fora, já vai até Belo Horizonte. O gás da Bahia, da mesma maneira, já está indo para o Sul. A partir de Salvador, esse gás, já hoje, está chegando a... Qual é a região aonde está chegando?

(*Interlocutor não identificado*): Itabuna.

*Presidente*: Itabuna. Chegando a Itabuna. Em Jequié já está, porque nós fomos inaugurar lá esse poliduto, ou seja, a infra-estrutura, que é o fundamental para podermos, depois, ter investimentos, com mais rapidez, do setor privado. É da infra-estrutura que nós estamos cuidando nesses projetos. Aí, portanto, está esse gasoduto.

Isto aqui é um eixo viário importante (*aponta*). Nós estamos duplicando a estrada Fernão Dias, que sai de Minas Gerais e vai a São Paulo, também a BR-116, em São Paulo, que vai na direção do Paraná, e a BR-101, que é a continuidade dessas estradas, em Santa Catarina. Vamos chegar até Osório, no Rio Grande do Sul.

Dessa maneira, esse eixo integrador da Região Sul, que vai ter um efeito enorme por causa do Mercosul também, já está em marcha. Não está começando hoje. Não se trata de um projeto para ter efeito nas eleições do mês que vem. É ridículo, me perdoem, para quem pensa no Brasil com a grandeza com que nós temos que pensar, é ridículo pensar em projetos dessa envergadura para ter efeito em eleição. É para ter efeito no Brasil, no próximo século. Nosso objetivo é que isso tudo contribua para o Brasil ter uma posição competi-

tiva, uma posição firme, no conceito das nações, no próximo século. E isso já vem de antes. Já está em obra.

Aquí, em azul (*aponta*), nós temos a bacia Tietê-Paraná, que é outra obra extraordinária. Não começou neste governo. O Brasil não começou agora. Vem de longe. Nós estamos apenas acelerando processos que já estavam em marcha, e o fazemos com muita humildade, sabendo que, se não houvesse esforço passado, não haveria o que fazer hoje, assim como no futuro. Se não fizermos o que estamos fazendo hoje, não haverá os passos necessários. Isto aqui é uma obra fantástica, que vem do porto de Santos, liga aqui a toda a região do Tietê, até o rio Paraná, e sabe Deus, no futuro, que saídas haverá, por hidrovia, nessa região.

Repito: nós estamos fazendo um grande esforço no sentido de recuperar a importância das hidrovias. Eu mencionei as ferrovias porque elas fazem parte, têm que se conectar, através de interpostos modais, para passar de um tipo de transporte para outro tipo de transporte.

Por isso, está aqui chamada a atenção para o porto de Sepetiba. O porto de Sepetiba, que é no Rio de Janeiro, no Estado do Rio, não é um porto para o Rio, é um porto para o Brasil. E, na medida em que fizermos – aqui está marcado, também – a estrada de ferro Ferro-norte, na hora em que ela for complementada e pusemos recursos para fazer a ponte entre Mato Grosso e São Paulo, juntando a Ferro-norte e a Fepasa e a Fepasa com a Rede Ferroviária Federal, com dois braços, um para Santos e outro para Sepetiba, teremos a possibilidade de ver essa produção daqui do Centro-Oeste ir, mais rapidamente e com melhores preços, para o exterior. E, quando se diz para o exterior, isso significa também que esses portos permitirão importações, que vão vivificar a nossa economia.

Diga-se de passagem que, em quatro anos, o Brasil dobrou o seu fluxo de importações e exportações, de 50 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares. Em quatro anos, 100 bi! Dobramos, em quatro anos! E vamos dobrar nos próximos quatro anos. Quem não vê isso é cego. Quem discute como se o Brasil, agora – porque tomou uma medida, aqui e ali, para proteger o interesse legítimo de um

produtor nacional – estivesse fechando a economia é cego. É o contrário: porque a economia está aberta e continuará aberta, e vai abrir mais, é que, eventualmente, nós vamos combater a concorrência desleal. Mas nenhum passo atrás, no que diz respeito à integração, porque foi isso que viabilizou o aumento de renda, foi isso que viabilizou o controle da inflação e é isso que viabiliza um crescimento industrial crescente.

Bom, creio que dei uma noção do conjunto desses projetos. Não mencionei – mas mencionarei agora e termino – alguns programas que não estão visualizados aí, aqueles que o Ministro Kandir abordará, sobre a área social, que, para nós, repito, têm o mesmo peso que os programas de infra-estrutura. Ou seja, o que o Governo está fazendo é preparando um Brasil melhor – melhor para o seu povo – com escassíssimos recursos. Os senhores verão, na discussão com o Ministro Kandir, que isso não significa ganância: é o mínimo dos recursos já existentes, para podermos atrair mais recursos do setor privado nacional e, sobretudo, estrangeiro, fazendo-se tudo em conjunto com os estados e municípios; e para que tenhamos o que precisamos ter: confiança em nós próprios, na nossa capacidade de perseverar, de atingir objetivos.

Dito isso, pediria ao Ministro Kandir que nos detalhasse um pouco o que eu disse assim *à vol d'oiseau*.